

TERMO DE REFERÊNCIA
Prefeitura Municipal de Campo Largo - PR
Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
(Processo Administrativo 9505/2026)

1. CONDIÇÕES GERAIS DA CONTRATAÇÃO

- 1.1. Registro de preço para aquisição de serviços técnicos de topografia para suporte aos serviços realizados pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura Municipal de Campo Largo, nos termos da tabela abaixo, conforme condições e exigências estabelecidas neste instrumento.

TABELA 1 - SERVIÇOS TÉCNICOS DE TOPOGRAFIA				
Item Código	Descrição do serviço	Unidade	Quantidade (m²)	Valor Total
1 118437	Aerofotogrametria em áreas urbanas com drone (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas.	m²	450.000	R\$ 256.500,00
2 118438	Aerofotogrametria em áreas rurais com drone (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas.	m²	800.000	R\$ 456.000,00
3 118439	Aerofotogrametria em áreas urbanas com drone LIDAR (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas. Obs.: LIDAR é destinado às áreas em que precise de maior detalhamento nas curvas de nível em vegetação densa.	m²	350.000	R\$ 339.500,00
4 118440	Aerofotogrametria em áreas rurais com drone LIDAR (Empresa deve estar registrada no Ministério da Defesa) Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS – Modelo Digital de Superfície, MDT – Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas. Obs.: LIDAR é destinado às áreas em que precise de maior detalhamento nas curvas de nível em vegetação densa.	m²	600.000	R\$ 582.000,00





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

5 118441	Levantamento topográfico planialtimétrico de áreas urbanas com fornecimento de mapas, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG	m²	270.000	R\$ 224.100,00
6 118442	Levantamento topográfico planialtimétrico de áreas rurais com fornecimento de mapas, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG	m²	400.000	R\$ 332.000,00
7 118443	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de lotes urbanos, para retificação de imóveis, desmembramento (escalas de acordo com o especificado pela AMEP) ou unificação (remembramento) com fornecimento de mapas, memoriais descritivos, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG	m²	80.000	R\$ 138.400,00
8 118444	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de terrenos rurais, para retificação de imóveis, desmembramento ou unificação (remembramento) com fornecimento de mapas, memoriais descritivos, art, entrega de arquivo digital assinado e em formato .DWG Obs.: Responsável técnico deverá ser credenciado no INCRA Área desmembrada indicando a situação atual e a situação projetada. Área remembrada indicando a situação atual e a projetada. O projeto de desmembramento deverá ser aprovado pela AMEP seguindo o padrão estipulado.	m²	100.000	R\$ 167.000,00
9 118445	Projetos de terraplanagem em áreas urbanas de acordo com a Instrução Normativa nº 4/2025 do IAT e atualizações.	m²	20.000	R\$ 28.000,00
10 118446	Projetos de terraplanagem em áreas rurais de acordo com a Instrução Normativa nº 4/2025 do IAT e atualizações.	m²	20.000	R\$ 28.000,00
11 118447	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de lotes urbanos, para alinhamento predial (com faixa de domínio da via) com fornecimento de mapas, art, entrega de arquivo em PDF assinado e em formato .DWG	m²	260.000	R\$ 460.200,00
12 118449	Demarcação (Locação) de obras de construção civil em áreas urbanas com fornecimento de estacas de 5x5x50	Un.	50	R\$ 1.175,00
13 118450	Demarcação (Locação) de obras de construção civil em áreas rurais com fornecimento de estacas de 5x5x50	Un.	50	R\$ 1.175,00



- 1.2. O objeto desta contratação é caracterizado como serviço comum de engenharia, pois, conforme sua natureza, tem por objeto ações objetivamente padronizáveis.
- 1.3. O prazo de vigência do registro de preços é de 01 (um) ano, contados da assinatura do contrato na forma do artigo 84 da Lei nº 14.133 de 2021, podendo ser prorrogado por mais 01 (um) ano, desde que comprovado o preço vantajoso.
- 1.4. O prazo de execução da contratação deverá ser o que consta na Tabela 1 e na descrição dos serviços. A execução do serviço deverá ser realizada durante os dias da semana (de segunda-feira a sexta-feira, exceto nos feriados).
- 1.5. Os custos decorrentes da execução do serviço descrito estão contemplados no respectivo item do serviço. Portanto, o valor apresenta quantia fixa, nela inclusa todos os custos e despesas decorrentes de transporte, seguros, impostos e taxas de qualquer natureza.
- 1.6. Os serviços poderão ser realizados em diferentes locais dentro do município de Campo Largo/PR. As áreas serão definidas pela Contratante, conforme as demandas.
- 1.7. O contrato oferece maior detalhamento das regras que serão aplicadas em relação à vigência da contratação.

2. FUNDAMENTAÇÃO E DESCRIÇÃO DA NECESSIDADE DA CONTRATAÇÃO

- 2.1. A Fundamentação da Contratação e de seus quantitativos encontra-se pormenorizada em Tópico específico dos Estudos Técnicos Preliminares, apêndice deste Termo de Referência.
- 2.2. O Município tem publicado o seu Plano de Contratações Anual para o ano de 2026, e esta demanda está identificada.

3. DESCRIÇÃO DA SOLUÇÃO COMO UM TODO CONSIDERANDO O CICLO DE VIDA DO OBJETO

- 3.1. Registro de preço para aquisição de serviços técnicos de topografia para suporte aos serviços realizados pelo Departamento de Arquitetura e Engenharia da Secretaria de Desenvolvimento Urbano, da Prefeitura Municipal de Campo Largo.
- 3.2. O objeto tem a característica de ser frequentemente contratado, pois se faz necessário para cada projeto de edificação e pavimentação a ser desenvolvido pela equipe técnica do Órgão. Portanto, haverá várias contratações ao longo do período do registro.
- 3.3. O serviço técnico deverá ser realizado pela Contratada após a emissão da ordem de serviço no prazo estipulado na Tabela 2 e descrição dos serviços.
- 3.4. Para a realização do serviço, deverão ser observadas as NBRs.



- 3.5. A entrega do objeto será em parcelas, em que cada entrega representa um serviço técnico contratado.
- 3.6. A entrega será representada pelo Relatório definitivo, que deverá ser elaborado em conformidade com as NBRs.
- 3.7. O ciclo de vida de cada serviço técnico tem fim na aceitação do Relatório definitivo. Assim, estará apto a ser utilizado fora do campo do objeto desta contratação.

4. REQUISITOS DA CONTRATAÇÃO

4.1. Da Sustentabilidade

- 4.1.1. Devem ser atendidos os requisitos de sustentabilidade dispostos no Guia Nacional de Contratações Sustentáveis e nos objetivos do desenvolvimento sustentável (ODS) da Agenda 2030.
- 4.1.2. O fornecedor deve garantir condições dignas de trabalho e não utilização de trabalho escravo ou infantil.
- 4.1.3. Os fornecedores devem promover a diversidade e inclusão no desenvolvimento de suas equipes, promovendo a equidade no local de trabalho.
- 4.1.4. O fornecedor deve ter um código de ética claro e práticas de governança corporativa que atendam aos critérios de responsabilidade social e ambiental.
- 4.1.5. Desejável que o fornecedor possua certificado de sustentabilidade ISO 14001.
- 4.1.6. Sempre que possível, devem ser utilizados materiais e fluidos que não sejam poluentes.

4.2. Da Indicação de marcas ou modelos

- 4.2.1. Não aplicável.

4.3. Da Subcontratação

- 4.3.1. Não será permitida a subcontratação dos serviços objeto desta contratação, considerando que a natureza técnica dos serviços de topografia possibilita sua execução integral pela empresa contratada, mediante equipe própria e profissionais devidamente habilitados, não se verificando necessidade técnica ou operacional que justifique a transferência parcial da execução a terceiros, nos termos da Lei nº 14.133/2021.
- 4.3.1.1. A vedação à subcontratação tem por finalidade assegurar a responsabilidade técnica direta da contratada, maior controle da execução contratual pela Administração, padronização



dos serviços executados e adequada fiscalização do objeto, evitando a pulverização de responsabilidades e eventuais prejuízos à qualidade dos levantamentos realizados.

- 4.3.1.2. A Contratada será integralmente responsável pela execução do objeto contratado, respondendo perante a Contratante pelo fiel cumprimento de todas as obrigações contratuais, técnicas, administrativas e legais decorrentes da contratação.

4.4. Da exigência de amostra

- 4.4.1. Não será exigida amostra.

4.5. Da exigência de carta de solidariedade

- 4.5.1. Não será exigida carta de solidariedade.

4.6. Da Garantia da contratação

- 4.6.1. Por se tratar de um registro de preço, cuja contratação é eventual, podendo inclusive não ocorrer, não será exigida a garantia monetária da contratação de que tratam os artigos 96 e seguintes da Lei nº 14.133 de 2021.

5. MODELO DE EXECUÇÃO DO OBJETO

5.1. Condições de Execução

- 5.1.1. O prazo de execução da contratação será aquele especificado na tabela abaixo, referente à cada serviço. Os trabalhos deverão iniciar em dia útil, no prazo de 48 (quarenta e oito) horas após a emissão da Ordem de Serviço, e somente poderão ser executados mediante a emissão e envio da ART correspondente.

TABELA 2 - PRAZOS			
Item	Serviço	Área	Prazo
1	Aerofotogrametria em áreas urbanas com drone	Até 3.000,00 m²	14 dias
		3.000,00 m² até 10.000,00 m²	14 dias
		Acima de 10.000,00 m²	30 dias





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

2	Aerofotogrametria em áreas rurais com drone	Até 3.000,00 m ²	21 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	21 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	40 dias
3	Aerofotogrametria em áreas urbanas com drone LIDAR	Até 3.000,00 m ²	25 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	25 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	50 dias
4	Aerofotogrametria em áreas rurais com drone LIDAR	Até 3.000,00 m ²	35 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	35 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	65 dias
5	Levantamento topográfico planialtimétrico de áreas urbanas	Até 3.000,00 m ²	21 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	30 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	50 dias
6	Levantamento topográfico planialtimétrico de áreas rurais	Até 3.000,00 m ²	25 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	35 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	55 dias
7	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de lotes urbanos, para retificação de imóveis, desmembramento (escalas de acordo	Até 3.000,00 m ²	18 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	25 dias

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2026 10:35 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pe8e3829c9cb6c>





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

	com o especificado pela AMEP) ou unificação (remembramento)	Acima de 10.000,00 m ²	50 dias
8	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de terrenos rurais, para retificação de imóveis, desmembramento ou unificação.	Até 3.000,00 m ²	28 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	38 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	60 dias
9	Projetos de terraplanagem em áreas urbanas.	Até 3.000,00 m ²	21 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	30 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	50 dias
10	Projetos de terraplanagem em áreas rurais .	Até 3.000,00 m ²	25 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	35 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	55 dias
11	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de lotes urbanos, para alinhamento predial.	Até 3.000,00 m ²	14 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	21 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	30 dias
12	Demarcação (Locação) de obras de construção civil em áreas urbanas.	Até 3.000,00 m ²	14 dias
		3.000,00 m ² até 10.000,00 m ²	21 dias
		Acima de 10.000,00 m ²	30 dias
13	Demarcação (Locação) de obras de construção	Até 3.000,00 m ²	18 dias

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2026 10:35 -03:00 -03
PARA CONFERÊNCIA DO SEU CONTEÚDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pe8e3829c9cb6c>



	civil em áreas rurais.	3.000,00 m² até 10.000,00 m²	25 dias
		Acima de 10.000,00 m²	35 dias

5.1.2. Os itens do objeto deverão ser entregues de acordo com as NBRs e demais normas vigentes.

5.1.3. Quanto aos objetos principais, serão descritas condições necessárias no Relatório Definitivo:

5.1.3.1. O Relatório Definitivo deve ser entregue numerado, assinado, datado e conter, sempre que possível: nome do contratante (Prefeitura Municipal de Campo Largo), local e natureza da obra, indicar o sistema utilizado (manual ou mecanizado), descrição sumária dos métodos e equipamentos empregados, declaração de que foram utilizadas as normas vigentes e referência aos desenhos constantes no relatório.

5.1.3.2. O Relatório Definitivo deve possuir, sempre que possível, os seguintes anexos de acordo com o serviço:

Tabela 3 - Relatório Definitivo		
Item	Descrição do produto/ serviço	Anexos do Relatório Definitivo
1 e 2	Aerofotogrametria com drone (urbano e rural).	Fornecimentos de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS - Modelo Digital de Superfície; MDT - Modelo Digital de Terreno, Curvas de Nível e Ortofotos georreferenciadas. A. Relatório de processamento com no mínimo 5 pontos de controle. B. Os pontos de controle devem ter relatórios informando a precisão do levantamento GNSS.
3 e 4	Aerofotogrametria com drone LiDAR (urbano e rural).	Fornecimento de produtos gerados pela aerofotogrametria: MDS - Modelo Digital de Superfície, MDT - Modelo Digital de Superfície, Curvas de Nível e ortofotos georreferenciadas. A. Relatório de processamento com no mínimo 5 pontos de controle. B. Os pontos de controle devem ter relatórios informando a precisão do levantamento GNSS.





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

5 e 6	Levantamento topográfico planialtimétrico (urbano e rural).	Fornecimento de mapas em SIRGAS2000 contendo: A. Norte da Quadricula, legenda e escala; B. Todas as linhas do perímetro, indicando confrontantes conforme matrícula; C. Gabarito de logradouros e passeios; D. Cursos d'água e/ou nascentes; E. Identificação de construções existentes; F. Indicação de vias, vegetação, árvores isoladas, postes, bocas de lobo, calçadas, bueiros, linhas de transmissão, linhas de distribuição; G. Indicação de torres de energia, telefonia, muros/ cercas, portões/ portei ras. H. Em casos de levantamento às margens de rodovias estaduais ou federais, indicar o km e os limites da faixa de domínio. I. Todos os pontos deverão estar referenciados ao DATUM vertical de Imbituba; J. Grid com coordenadas SIRGAS2000, indicação das altitudes (ortométricas); K. Em se tratando de projeto de desmembramento ou remembramento, apresentar situação atual e situação desmembrada/ remembrada; Fornecimento de ART, arquivo digital em .pdf devidamente assinado e .dwg;
7 e 8	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação (urbano e rural) para retificação, desmembramento e remembramento	Fornecimento de mapas em SIRGAS2000 contendo: A. Norte da Quadricula, número da matrícula, inscrição imobiliária; B. Indicação do nome do proprietário, tamanho da área e do perímetro; C. Todas as linhas do perímetro, indicando confrontantes conforme matrícula; D. Espaço destinado às assinaturas de confrontantes e proprietários; E. demarcação de logradouros; F. Cursos d'água e/ou nascentes; G. Alinhamento predial; H. Em casos de levantamento às margens de rodovias estaduais ou federais, indicar o km e os limites da faixa de domínio; I. Indicação das faixas de domínio municipais e/ ou metropolitanas de acordo com a legislação vigente; J. Todos os pontos deverão estar referenciados; K. Em se tratando de projeto de desmembramento ou remembramento, apresentar situação atual e situação desmembrada/ remembrada; L. Para desmembramento, indicar escalas de acordo com o especificado pela AMEP. Fornecimento de memoriais descritivos, ART, arquivo digital em .pdf devidamente assinado e .dwg;
9 e 10	Projetos de terraplanagem (urbana e rural)	Fornecimento de produtos conforme a Instrução Normativa nº 4/2025 do IAT e atualizações. A. Levantamento topográfico planialtimétrico indicando o local da terraplanagem.



		B. Fornecimento de ART, arquivo digital em .pdf devidamente assinado e .kml.
11	Levantamento topográfico planimétrico e demarcação de lote urbanos para alinhamento predial	Fornecimento de mapas, ART, arquivo digital em .pdf devidamente assinado e .dwg. A. Indicação de faixas de domínio das vias de acordo com plantas de loteamento, leis municipais e diretrizes metropolitanas;
12 e 13	Demarcação (Locação) de obras de construção civil (urbano e rural).	Locação de obras de construção civil com fornecimento de estacas de 5x5x50.

5.2. Local e Horário da Prestação de Serviços

5.2.1. Os serviços serão prestados em locais diversos à critério da Contratante.

5.3. Materiais a serem disponibilizados

5.3.1. Para a perfeita execução dos serviços, a contratada deverá disponibilizar os materiais, equipamentos, ferramentas e utensílios necessários, nas quantidades suficientes à realização dos serviços, promovendo sua substituição quando necessário. Quando possível, utilizar o CATMAT Sustentável (o CATMAT disponibiliza especificações técnicas de materiais com menor impacto ambiental).

5.3.2. Quanto à quantidade dos materiais, a contratada deve seguir as especificações do memorial descritivo, além de fornecer amostras ao fiscal da obra para aprovação.

5.4. Garantia, manutenção e assistência técnica

5.4.1. O prazo de garantia é aquele estabelecido na Lei nº 8.078, de 11 de setembro de 1990 (Código de Defesa do Consumidor).

6. MODELO DE GESTÃO DO CONTRATO

6.1. O contrato deverá ser executado fielmente pelas partes, de acordo com as cláusulas avençadas, com a Lei nº 14.133, de 2021 e com a Lei nº 11.462, de 2023, e cada parte responderá pelas consequências de sua inexecução total ou parcial.

6.2. Em caso de impedimento, ordem de paralisação ou suspensão do contrato, o cronograma de execução será prorrogado automaticamente pelo tempo correspondente, anotadas tais circunstâncias mediante simples apostila.



- 6.3. As comunicações entre o órgão entidade e a contratada devem ser realizadas por escrito sempre que o ato exigir tal formalidade, admitindo-se o uso de mensagem eletrônica para esse fim.
- 6.4. O órgão ou entidade poderá convocar representante da empresa para adoção de providências que devem ser cumpridas de imediato.
- 6.5. Após a assinatura do contrato ou instrumento equivalente, o órgão ou entidade poderá convocar o representante da empresa contratada para reunião inicial para apresentação do plano de fiscalização, que conterá informações acerca das obrigações contratuais, dos mecanismos de fiscalização das estratégias para execução do objeto, do plano complementar de execução da contratada, quando houver, do método de aferição dos resultados e das sanções aplicáveis, dentre outros.
- 6.6. **Rotinas de Fiscalização**
- 6.6.1. A execução do contrato deverá ser acompanhada e fiscalizada pelos fiscais do contrato, ou pelos respectivos substitutos (Lei 14.133, de 2021, art.117, caput).
- 6.7. **Fiscalização Técnica**
- 6.7.1. O fiscal técnico do contrato acompanhará a execução do contrato, para que sejam cumpridas todas as condições estabelecidas no contrato, de modo a assegurar os melhores resultados para a Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VI);
- 6.7.2. Em caso de impossibilidade de execução dos serviços em campo em razão de condições climáticas desfavoráveis, os dias inviáveis poderão ser remanejados para datas subsequentes, a critério da fiscalização, sem ônus para as partes e sem prejuízo ao cumprimento do objeto contratual.
- 6.7.3. O fiscal técnico do contrato anotar no histórico de gerenciamento do contrato todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato, com a descrição do que for necessário para a regularização das faltas ou dos defeitos observados, tal medida poderá ser representada por meio do Relatório da Fiscalização a ser emitido após a execução de cada serviço técnico ou compilado ao final do contrato. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 117, §1º e Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, II);



- 6.7.4. Identificada qualquer inexecução ou irregularidade, o fiscal técnico do contrato emitirá notificações para a correção da execução do contrato, determinando prazo para a correção. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, III);
- 6.7.5. O fiscal técnico do contrato informará ao gestor do contrato, em tempo hábil, a situação que demandar decisão ou adoção de medidas que ultrapassem sua competência, para que adote as medidas necessárias e saneadoras, se for o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, IV);
- 6.7.6. No caso de ocorrências que possam inviabilizar a execução do contrato nas datas aprazadas, o fiscal técnico do contrato comunicará o fato imediatamente ao gestor do contrato. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, V);
- 6.7.7. O fiscal técnico do contrato comunicará ao gestor do contrato, em tempo hábil, o término do contrato sob sua responsabilidade, com vistas à tempestiva renovação ou à prorrogação contratual (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 22, VII).

6.7.8. Fiscalização Administrativa

- 6.7.8.1. O fiscal administrativo do contrato verificará a manutenção das condições de habilitação da contratada, acompanhará o empenho, o pagamento, as garantias, as glosas e a formalização de apostilamento e termos aditivos, solicitando quaisquer documentos comprobatórios pertinentes, caso necessário (Art. 23, I e II, do Decreto nº 11.246, de 2022).
- 6.7.8.2. Caso ocorra descumprimento das obrigações contratuais, o fiscal administrativo do contrato atuará tempestivamente na solução do problema, reportando ao gestor do contrato para que tome as providências cabíveis, quando ultrapassar a sua competência; (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 23, IV).

6.7.9. Gestor do Contrato

- 6.7.9.1. O gestor do contrato coordenará a atualização do processo de acompanhamento e fiscalização do contrato contendo todos os registros formais da execução no histórico de gerenciamento do contrato, a exemplo da ordem de serviço, do registro de ocorrências, das alterações e das prorrogações contratuais, elaborando relatório com vistas à verificação da necessidade de adequações do contrato para fins de



atendimento da finalidade da administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, IV).

- 6.7.9.2. O gestor do contrato acompanhará os registros realizados pelos fiscais do contrato, de todas as ocorrências relacionadas à execução do contrato e as medidas adotadas, informando, se for o caso, à autoridade superior àquelas que ultrapassarem a sua competência. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, II).
- 6.7.9.3. O gestor do contrato acompanhará a manutenção das condições de habilitação da contratada, para fins de empenho de despesa e pagamento, e anotar os problemas que obstem o fluxo normal da liquidação e do pagamento da despesa no relatório de riscos eventuais. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, III).
- 6.7.9.4. O gestor do contrato emitirá documento comprobatório da avaliação realizada pelos fiscais técnico, administrativo e setorial quanto ao cumprimento de obrigações assumidas pelo contratado, com menção ao seu desempenho na execução contratual, baseado nos indicadores objetivamente definidos e aferidos, e a eventuais penalidades aplicadas, devendo constar do cadastro de atesto de cumprimento de obrigações. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VIII).
- 6.7.9.5. O gestor do contrato tomará providências para a formalização de processo administrativo de responsabilização para fins de aplicação de sanções, a ser conduzido pela comissão de que trata o art. 158 da Lei nº 14.133, de 2021, ou pelo agente ou pelo setor com competência para tal, conforme o caso. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, X).
- 6.7.9.6. O gestor do contrato deverá elaborar relatório final com informações sobre a consecução dos objetivos que tenham justificado a contratação e eventuais condutas a serem adotadas para o aprimoramento das atividades da Administração. (Decreto nº 11.246, de 2022, art. 21, VI).
- 6.7.9.7. O gestor do contrato deverá enviar a documentação pertinente ao setor de contratos para formalização dos procedimentos de liquidação e pagamento, no valor dimensionado pela fiscalização e gestão nos termos do contrato.

7. CRITÉRIOS DE MEDIÇÃO E PAGAMENTO

7.1. DO RECEBIMENTO



- 7.1.1. A medição será realizada de forma única após o recebimento e aprovação do relatório do serviço. Tal medição será ajustada ao serviço técnico realmente executado, já que a quantidade do serviço técnico solicitado pode sofrer alterações por motivos técnicos.

8. LIQUIDAÇÃO

- 8.1. Recebida a Nota Fiscal ou documento de cobrança equivalente, correrá o prazo de dez dias úteis para fins de liquidação, na forma desta seção, prorrogáveis por igual período, nos termos do art. 7º, §2º da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77/2022.
- 8.2. O prazo de que trata o item anterior será reduzido à metade, mantendo-se a possibilidade de prorrogação, nos casos de contratações decorrentes de despesas cujos valores não ultrapassem o limite de que trata o inciso II do art. 75 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.3. Para fins de liquidação, o setor competente deverá verificar se a nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente apresentado expressa os elementos necessários e essenciais do documento, tais como:
- 8.3.1. o prazo de validade;
 - 8.3.2. a data da emissão;
 - 8.3.3. os dados do contrato e do órgão contratante;
 - 8.3.4. o período respectivo de execução do contrato;
 - 8.3.5. o valor a pagar; e
 - 8.3.6. eventual destaque do valor de retenções tributárias cabíveis.
- 8.4. Havendo erro na apresentação da nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente, ou circunstância que impeça a liquidação da despesa, esta ficará sobrestada até que o contratado providencie as medidas saneadoras, reiniciando-se o prazo após a comprovação da regularização da situação, sem ônus ao contratante;
- 8.5. A nota fiscal ou instrumento de cobrança equivalente deverá ser obrigatoriamente acompanhado da comprovação da regularidade fiscal, constatada por meio de consulta on-line ao SICAF ou, na impossibilidade de acesso ao referido Sistema, mediante consulta aos sítios eletrônicos oficiais ou à documentação mencionada no art. 68 da Lei nº 14.133, de 2021.
- 8.6. A Administração deverá realizar consulta ao SICAF para: a) verificar a manutenção das condições de habilitação exigidas no edital; b) identificar possível razão que impeça a



participação em licitação, no âmbito do órgão ou entidade, proibição de contratar com o Poder Público, bem como ocorrências impeditivas indiretas (INSTRUÇÃO NORMATIVA Nº 3, DE 26 DE ABRIL DE 2018).

- 8.7. Constatando-se, junto ao SICAF, a situação de irregularidade do contratado, será providenciada sua notificação, por escrito, para que, no prazo de 5 (cinco) dias úteis, regularize sua situação ou, no mesmo prazo, apresente sua defesa. O prazo poderá ser prorrogado uma vez, por igual período, a critério do contratante.
- 8.8. Não havendo regularização ou sendo a defesa considerada improcedente, o contratante deverá comunicar aos órgãos responsáveis pela fiscalização da regularidade fiscal quanto à inadimplência do contratado, bem como quanto à existência de pagamento a ser efetuado, para que sejam acionados os meios pertinentes e necessários para garantir o recebimento de seus créditos.
- 8.9. Persistindo a irregularidade, o contratante deverá adotar as medidas necessárias à rescisão contratual nos autos do processo administrativo correspondente, assegurada ao contratado a ampla defesa.
- 8.10. Havendo a efetiva execução do objeto, os pagamentos serão realizados normalmente, até que se decida pela rescisão do contrato, caso o contratado não regularize sua situação junto ao SICAF.

9. PRAZO DE PAGAMENTO

- 9.1. O pagamento será efetuado no prazo máximo de até 10 (dez) dias úteis, contados da finalização da liquidação da despesa, conforme seção anterior, nos termos da Instrução Normativa SEGES/ME nº 77, de 2022.
- 9.2. No caso de atraso pelo Contratante, os valores devidos ao contratado serão atualizados monetariamente entre o termo final do prazo de pagamento até a data de sua efetiva realização, mediante aplicação do índice de correção monetária.

10. FORMA DE PAGAMENTO

- 10.1. O pagamento será realizado por meio de ordem bancária, para crédito em banco, agência e conta corrente indicados pelo contratado.



- 10.2. Será considerada data do pagamento o dia em que constar como emitida a ordem bancária para pagamento.
- 10.3. Quando do pagamento, será efetuada a retenção tributária prevista na legislação aplicável.
- 10.4. Independentemente do percentual de tributo inserido na planilha, quando houver, serão retidos na fonte, quando da realização do pagamento, os percentuais estabelecidos na legislação vigente.
- 10.5. O contratado regularmente optante pelo Simples Nacional, nos termos da Lei Complementar nº 123, de 2006, não sofrerá a retenção tributária quanto aos impostos e contribuições abrangidos por aquele regime. No entanto, o pagamento ficará condicionado à apresentação de comprovação, por meio de documento oficial, de que faz jus ao tratamento tributário favorecido previsto na referida Lei Complementar.

11. FORMA E CRITÉRIOS DE SELEÇÃO DO FORNECEDOR E REGIME DE EXECUÇÃO

11.1. Forma de Seleção e Critério de Julgamento da Proposta

- 11.1.1. O fornecedor será selecionado por meio da realização de procedimento de LICITAÇÃO, na modalidade PREGÃO sob a forma ELETRÔNICA, com adoção do critério de julgamento pelo MENOR PREÇO.
- 11.1.2. Apesar da contratação do objeto não ser parcelada, haverá parcelamento no que se referem às entregas, pois cada serviço técnico gerará um produto.

11.2. Exigências de habilitação

- 11.2.1. Para fins de habilitação, deverá o licitante comprovar os seguintes requisitos:
- 11.2.2. **Habilitação jurídica**
- 11.2.3. **Empresário individual:** inscrição no Registro Público de Empresas Mercantis, a cargo da Junta Comercial da respectiva sede;
- 11.2.4. **Microempreendedor Individual - MEI:** Certificado da Condição de Microempreendedor Individual - CCMEI, cuja aceitação ficará condicionada à verificação da autenticidade no sítio <https://www.gov.br/empresas-e-negocios/pt-br/empreendedor/>;
- 11.2.5. Sociedade empresária, sociedade limitada unipessoal – SLU ou sociedade identificada como empresa individual de responsabilidade limitada - EIRELI: inscrição do ato constitutivo, estatuto ou contrato social no Registro Público de Empresas Mercantis, a



cargo da Junta Comercial da respectiva sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;

- 11.2.6. Sociedade empresária estrangeira: portaria de autorização de funcionamento no Brasil, publicada no Diário Oficial da União e arquivada na Junta Comercial da unidade federativa onde se localizar a filial, agência, sucursal ou estabelecimento, a qual será considerada como sua sede, conforme Instrução Normativa DREI/ME nº 77, de 18 de março de 2020.
- 11.2.7. Sociedade simples: inscrição do ato constitutivo no Registro Civil de Pessoas Jurídicas do local de sua sede, acompanhada de documento comprobatório de seus administradores;
- 11.2.8. Filial, sucursal ou agência de sociedade simples ou empresária: inscrição do ato constitutivo da filial, sucursal ou agência da sociedade simples ou empresária, respectivamente, no Registro Civil das Pessoas Jurídicas ou no Registro Público de Empresas Mercantis onde opera, com averbação no Registro onde tem sede a matriz
- 11.2.9. Sociedade cooperativa: ata de fundação e estatuto social, com a ata da assembleia que o aprovou, devidamente arquivado na Junta Comercial ou inscrito no Registro Civil das Pessoas Jurídicas da respectiva sede, além do registro de que trata o art. 107 da Lei nº 5.764, de 16 de dezembro de 1971.
- 11.2.10. Os documentos apresentados deverão estar acompanhados de todas as alterações ou da consolidação respectiva.

11.3. **Habilitação fiscal, social e trabalhista**

- 11.3.1. Prova de inscrição no Cadastro Nacional de Pessoas Jurídicas ou no Cadastro de Pessoas Físicas, conforme o caso;
- 11.3.2. Prova de regularidade fiscal perante a Fazenda Nacional, mediante apresentação de certidão expedida conjuntamente pela Secretaria da Receita Federal do Brasil (RFB) e pela Procuradoria-Geral da Fazenda Nacional (PGFN), referente a todos os créditos tributários federais e à Dívida Ativa da União (DAU) por elas administrados, inclusive aqueles relativos à Seguridade Social, nos termos da Portaria Conjunta nº 1.751, de 02 de outubro de 2014, do Secretário da Receita Federal do Brasil e da Procuradora-Geral da Fazenda Nacional.
- 11.3.3. Prova de regularidade com o Fundo de Garantia do Tempo de Serviço (FGTS);
- 11.3.4. Prova de inexistência de débitos inadimplidos perante a Justiça do Trabalho, mediante a apresentação de certidão negativa ou positiva com efeito de negativa, nos termos do Título



VII-A da Consolidação das Leis do Trabalho, aprovada pelo Decreto-Lei nº 5.452, de 1º de maio de 1943;

- 11.3.5. Prova de inscrição no cadastro de contribuintes Municipal e Estadual relativo ao domicílio ou sede do fornecedor, pertinente ao seu ramo de atividade e compatível com o objeto contratual;
- 11.3.6. Prova de regularidade com a Fazenda Municipal ou Estadual do domicílio ou sede do fornecedor, relativa à atividade em cujo exercício contrata ou concorre;
- 11.3.7. Caso o fornecedor seja considerado isento dos tributos relacionados ao objeto contratual, deverá comprovar tal condição mediante a apresentação de declaração da Fazenda respectiva do seu domicílio ou sede, ou outra equivalente, na forma da lei.
- 11.3.8. O fornecedor enquadrado como microempreendedor individual que pretenda auferir os benefícios do tratamento diferenciado previstos na Lei Complementar nº 123, de 2006, estará dispensado da prova de inscrição nos cadastros de contribuintes estadual e municipal.

11.4. **Qualificação Econômico-Financeira**

- 11.4.1. Certidão negativa de insolvência civil expedida pelo distribuidor do domicílio ou sede do licitante, caso se trate de pessoa física, desde que admitida a sua participação na licitação (art. 5º, inciso II, alínea “c”, da Instrução Normativa Seges/ME nº 116, de 2021), ou de sociedade simples;
- 11.4.2. Certidão negativa de falência expedida pelo distribuidor da sede do fornecedor - Lei nº 14.133, de 2021, art. 69, caput, inciso II);
 - 11.4.2.1. O proponente cuja sede seja Almirante Tamandaré, Araucária, Campina Grande do Sul, Campo Largo, Colombo, Fazenda Rio Grande, Pinhais, Piraquara ou São José dos Pinhais deverá apresentar a certidão negativa de processos falimentares da comarca de Curitiba-PR para o devido cumprimento no disposto da resolução 213/2018 do Tribunal de Justiça do Paraná (TJ-PR).
- 11.4.3. Balanço patrimonial, demonstração de resultado de exercício e demais demonstrações contábeis dos 2 (dois) últimos exercícios sociais, comprovando:



- 11.4.4. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura; e
- 11.4.5. Os documentos referidos acima limitar-se-ão ao último exercício no caso de a pessoa jurídica ter sido constituída há menos de 2 (dois) anos.
- 11.4.6. Os documentos referidos acima deverão ser exigidos com base no limite definido pela Receita Federal do Brasil para transmissão da Escrituração Contábil Digital - ECD ao Sped.
- 11.4.7. As empresas criadas no exercício financeiro da licitação deverão atender a todas as exigências da habilitação e poderão substituir os demonstrativos contábeis pelo balanço de abertura. (Lei nº 14.133, de 2021, art. 65, §1º).
- 11.4.8. O atendimento dos índices econômicos previstos neste item deverá ser atestado mediante declaração assinada por profissional habilitado da área contábil, apresentada pelo fornecedor.
- 11.5. Qualificação Técnica**
- 11.5.1. Declaração de que o licitante tomou conhecimento de todas as informações e das condições para o cumprimento das obrigações objeto da licitação;
- 11.5.2. Registro ou inscrição da empresa na entidade profissional competente, em plena validade.
- 11.5.3. Comprovação de aptidão para execução de serviços de características semelhantes com o objeto desta contratação por meio da apresentação de certidões ou atestados, por pessoas jurídicas de direito público ou privado, ou regularmente emitido(s) pelo conselho profissional competente, quando for o caso.
- 11.5.4. Para fins da comprovação de que trata este subitem, os atestados deverão dizer respeito a contratos executados com as seguintes características mínimas:
- 11.5.4.1. Serviços de topografia em geral - mínimo de 630.000,00 m², independente da metodologia utilizada e sem limitação de tempo ou de local específico;
- 11.5.4.2. Serviços com tecnologia LiDAR - mínimo de 285.000,00 m², sem limitação de tempo ou de local específico;
- 11.5.4.3. Serviços de Terraplanagem voltados à elaboração de projetos com comprovação de execução de área mínima de 20.000,00 m².
- 11.5.5. Os atestados poderão ser apresentados em nome da matriz ou da filial do fornecedor.



- 11.5.6. O fornecedor disponibilizará todas as informações necessárias à comprovação da legitimidade dos atestados, apresentando, quando solicitado pela Administração, cópia do contrato que deu suporte à contratação, endereço atual da contratante e local em que foi executado o objeto contratado, dentre outros documentos.
- 11.5.7. No caso DA PARTICIPAÇÃO DE COOPERATIVAS, será exigida a seguinte documentação complementar:
- 11.5.7.1. A relação dos cooperados que atendem aos requisitos técnicos exigidos para a contratação e que executarão o contrato, com as respectivas atas de inscrição e a comprovação de que estão domiciliados na localidade da sede da cooperativa, respeitado o disposto nos arts. 4º, inciso XI, 21, inciso I e 42, §§2º a 6º da Lei n. 5.764, de 1971;
 - 11.5.7.2. A declaração de regularidade de situação do contribuinte individual – DRSCI, para cada um dos cooperados indicados;
 - 11.5.7.3. A comprovação do capital social proporcional ao número de cooperados necessários à prestação do serviço;
 - 11.5.7.4. O registro previsto na Lei n. 5.764, de 1971, art. 107;
 - 11.5.7.5. A comprovação de integração das respectivas quotas-partes por parte dos cooperados que executarão o contrato; e
 - 11.5.7.6. Os seguintes documentos para a comprovação da regularidade jurídica da cooperativa: a) ata de fundação; b) estatuto social com a ata da assembleia que o aprovou; c) regimento dos fundos instituídos pelos cooperados, com a ata da assembleia; d) editais de convocação das três últimas assembleias gerais extraordinárias; e) três registros de presença dos cooperados que executarão o contrato em assembleias gerais ou nas reuniões seccionais; e f) ata da sessão que os cooperados autorizaram a cooperativa a contratar o objeto da contratação; e
 - 11.5.7.7. A última auditoria contábil-financeira da cooperativa, conforme dispõe o art. 112 da Lei n. 5.764, de 1971, ou uma declaração, sob as penas da lei, de que tal auditoria não foi exigida pelo órgão fiscalizador.

12. ESTIMATIVAS DO VALOR DA CONTRATAÇÃO



- 12.1. O custo estimado total da contratação é de R\$3.014.050,00 (três milhões, catorze mil e cinquenta reais), conforme os orçamentos em anexo ao edital e termo de referência.
- 12.2. Em caso de licitação para Registro de Preços, os preços registrados poderão ser alterados ou atualizados em decorrência de eventual redução dos preços praticados no mercado ou de fato que eleve o custo dos bens, das obras ou dos serviços registrados, nas seguintes situações (art. 25 do Decreto nº 11.462/2023):
 - 12.2.1. em caso de força maior, caso fortuito ou fato do príncipe ou em decorrência de fatos imprevisíveis ou previsíveis de consequências incalculáveis, que inviabilizem a execução da ata tal como pactuada, nos termos do disposto na alínea “d” do inciso II do caput do art. 124 da Lei nº 14.133, de 2021;
 - 12.2.2. em caso de criação, alteração ou extinção de quaisquer tributos ou encargos legais ou superveniência de disposições legais, com comprovada repercussão sobre os preços registrados;
 - 12.2.3. serão reajustados os preços registrados, respeitada a contagem da anualidade e o índice previsto para a contratação; ou
 - 12.2.4. poderão ser repactuados, a pedido do interessado, conforme critérios definidos para a contratação.

13. ADEQUAÇÃO ORÇAMENTÁRIA

- 13.1. As despesas decorrentes da presente contratação correrão à conta de recursos específicos consignados no Orçamento.
- 13.2. A contratação será atendida pela seguinte dotação:

Órgão: 02 – Poder Executivo Municipal de Campo Largo - PR
Unidade: 08 – Secretaria Municipal de Desenvolvimento Urbano
Ação: 2115 – Ações de Planejamento Técnico e Projetos Urbanos
Referência: 346
Elemento de despesa: 3339039 - Outros serviços de terceiros pessoa jurídica

Campo Largo, 30 de março de 2026





CAMPO LARGO
PREFEITURA MUNICIPAL

Sérgio Luiz Schmidt
Engenheiro Civil

Nilton Vitorio Soares
Superintendente de Infraestrutura e Obras Públicas

João Marcos Cavalin Cuba
Secretário Municipal de Desenvolvimento Urbano

ESTE DOCUMENTO FOI ASSINADO EM: 22/04/2026 10:35 -03:00 -03
PARA CONFERENCIA DO SEU CONTEUDO ACESSAR: <https://c.ipm.com.br/pe8e3829c9cb6c>

